



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Plano de Dados Abertos (2022 – 2024)

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)

O Plano de Dados Abertos do Ministério da Educação para o biênio de 2022 – 2024 foi aprovado pelo Dirigente Máximo da Pasta por meio da Portaria MEC nº 1046, de 27 de dezembro de 2022, em consonância com os termos do artigo 3º da Resolução nº 3 do Comitê Gestor do Plano de Dados Abertos (CGINDA), tendo a sua validade de 12/2022 até 12/2024.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRESIDENTE

Jair Messias Bolsonaro

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)

MINISTRO DE ESTADO

Victor Godoy Veiga

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

José de Castro Barreto Junior

AUTORIDADE DE MONITORAMENTO DA LAI NO MEC

Alexandre Gomide Lemos

EQUIPE TÉCNICA DO CGDA/MEC

Fabiano Rodrigues de Abreu (AECI)

Jorge Vinícios da Rocha Moreira (Ouvidoria/AECI/GM)

Eduardo Pires Fernandes (CGGD/STIC)

Jane Adriana de Souza (CGGD/STIC)

Cleiton de Sousa Coelho Viana (CGGD/STIC)

Estêvão Perpétuo Martins (GAB/SE)

Vagner de Souza Luciano (GAB/SE)

ESTAGIÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR

Daniel Vilarinho de Sousa

APOIO TÉCNICO

Anderson Guedes Miranda (G4F)

Daniel Tardelli Tomczak (G4F)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FOLHA DE AUTENTICAÇÃO E CONFORMIDADE DO PLANO DE DADOS ABERTOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO COM A RESOLUÇÃO Nº 3/2017-CGINDA¹ E A PORTARIA MEC Nº 1.012² DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021².

CONTEÚDO OBRIGATÓRIO	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	COMPROVAÇÃO
Vigência de dois anos a contar da data da sua efetiva publicação.	Resolução nº 3/2017 CGINDA Art. 3º	Vide Plano de Ação p. 19
Inventário de bases de dados.	Resolução nº 3/2017 CGINDA Art. 4º, III	Vide Inventário de Bases de Dados p. 30
Mecanismos de consulta pública para a priorização de abertura de bases.	Resolução nº 3/2017 CGINDA Art. 4º, IV	Vide Comunicação e Participação Social p. 12
Estratégias para a abertura de dados.	Resolução nº 3/2017 CGINDA Art. 4º, V	Vide Estratégia para Abertura dos Dados, do Plano e de suas revisões p. 29
Cronograma detalhado de mecanismos de promoção, fomento, uso e reuso das bases.	Resolução nº 3/2017 CGINDA Art. 4º, VI, a	Vide Plano de Ação p. 29
Cronograma detalhado de abertura de bases de dados.	Resolução nº 3/2017 CGINDA Art. 4º, VI, b	Vide Plano de Ação p. 19
Disponível em transparência ativa no Portal do Órgão, na aba “Dados abertos”, dentro do tópico “Acesso à Informação” do menu principal.	Resolução nº 3/2017 CGINDA Art. 6º	https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos
Aprovação pelo Comitê de Governança Digital do MEC.	Portaria nº 1.012, de 25 de novembro de 2021	
Aprovado pelo dirigente máximo do órgão.	Resolução nº 3/2017 CGINDA Art. 6º	

¹ https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19357601/do1-2017-10-17-resolucao-n-3-de-13-de-outubro-de-2017-19357481

² <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.012-de-25-de-novembro-de-2021-362689755>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Sumário

01.	INTRODUÇÃO	6
02.	CENÁRIO INSTITUCIONAL.....	8
	Plano Estratégico Institucional.....	8
	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação.....	8
	Plano de Transformação Digital	8
	Estratégia de Governança Digital	9
	Comitê de Governança Digital	9
	Comitê Gestor do Plano de Dados Abertos.....	10
03.	OBJETIVOS	11
	Objetivo Geral	11
	Objetivos específicos.....	11
04.	CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO DE DADOS ABERTOS	12
05.	DADOS SELECIONADOS PARA ABERTURA	13
06.	O PROCESSO DE CATALOGAÇÃO.....	16
07.	SUSTENTAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE	17
	Monitoramento e controle	17
	Melhoria da qualidade dos dados.....	17
08.	PLANO DE AÇÃO.....	19
	Cronograma de elaboração e sustentação do PDA.....	19
	Cronograma de abertura de bases.....	20
	Cronograma de atualização de bases	30
	Cronograma de promoção, fomento, uso e reuso das bases	30
09.	ANEXOS	32
	Inventário de bases de dados do Órgão.....	32
	Referências.....	50
	Glossário.....	50
	Comunicação.....	52
	Agradecimentos	52



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

01. INTRODUÇÃO

A Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal foi instituída pelo Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, e tem por objetivo a disponibilização na internet – por parte de órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional – de dados e informações acessíveis ao público que possam ser livremente reutilizados, fomentando o controle social, promovendo desenvolvimento tecnológico e permitindo que haja inovação em diversos setores da sociedade, além de aprimoramento da cultura de transparência pública.

O propósito deste documento denominado Plano de Dados Abertos (PDA) é o de publicitar as ações e estratégias organizacionais que nortearão as atividades de implementação e promoção da abertura de dados, no âmbito do Ministério da Educação (MEC) de forma institucionalizada e sistematizada.

Para tal, este documento foi elaborado tendo como base o disposto das seguintes legislações:

- A **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), em especial o seu art. 8º, e o **Decreto nº 7.724**, de 16 de maio de 2012, que a regulamenta no âmbito do Poder Executivo Federal;
- A **Instrução Normativa SLTI/MP nº 4**, de 13 de abril de 2012, que cria a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) e estabelece conceitos referentes a dado, informação, dado público, formato aberto, licença aberta, dados abertos e metadado;
- O **Decreto nº 8.777**, de 11 de maio de 2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal;
- O **Decreto nº 9.903**, de 8 de julho de 2019, estabelece que a gestão da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal será coordenada pela Controladoria-Geral da União (CGU);
- A **Resolução nº 3**, de 13 de outubro de 2017, do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA), que aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, conforme disposto no Decreto nº 8.777/2016;
- O **Decreto nº 10.160**, de 9 de dezembro de 2019, que institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto;
- A **Lei nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural;
- Os parâmetros estabelecidos na **E-PING** orientam a arquitetura de interoperabilidade, os vocabulários e as ontologias de Governo Eletrônico **E-VOG** e **E-MAG** – Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (instituído pela Portaria SLTI/MP nº 03, de 7 de maio de 2007).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Conforme a Resolução nº 3/ 2017 do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA), de 13 de outubro de 2017, o Plano de Dados Abertos atende a todos os requisitos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente, conforme tabela a seguir:

ITENS DA RESOLUÇÃO CGINDA Nº 03/2017	REFERÊNCIA NO DOCUMENTO
Cronograma de publicação dos dados e recursos (Art. 4º, VI, “b”).	Vide Plano de Ação p. 17.
Inventário e catálogo corporativo (Art. 4º, III).	Vide Inventário de Bases de Dados p. 30.
Estratégia para viabilizar a abertura dos dados (Art. 4º, V).	Vide Estratégia para Abertura dos Dados, do Plano e de suas revisões p. 29.
Mecanismos de participação social na priorização (Art. 4º, IV).	Vide Comunicação e Participação Social p. 12.
Cronograma com mecanismos de promoção e fomento (Art. 4º, VI, “a”).	Vide Plano de Ação p. 29.
Previsão de catalogação em dados.gov.br (Art. 8º).	Vide Processo de Catalogação p. 15.
Aprovação pelo dirigente máximo do órgão e Publicação em transparência ativa na seção “Acesso à Informação” do sítio eletrônico do Órgão (Art. 6º).	

Nesse contexto, em conformidade com a legislação vigente e em uma demonstração de fortalecimento da transparência da Pasta, aproximadamente seis meses antes de findar o prazo de vigência do seu Plano de Dados Abertos do biênio 2020-2022, o MEC direcionou e empenhou esforços na criação de um grupo de trabalho composto por membros do Gabinete do Ministro de Estado da Educação (GM), da Secretaria-Executiva (SE), da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) e da Ouvidoria (OUV) para iniciar as atividades de preparação e criação do novo PDA/MEC para o biênio de 2022-2024.

A tarefa desse grupo gestor foi, junto a outras unidades do Ministério, organizar o Documento do Plano de Dados Abertos (PDA), por meio do qual, disponibiliza um plano de ação e todos os seus desdobramentos para a promoção da abertura de dados no âmbito do MEC. Este documento é um instrumento de planejamento e coordenação das ações de abertura dos dados do Ministério, válidas para o biênio de 2022-2024.

Também fazem parte deste PDA o cenário institucional em que este está inserido. Esse cenário será descrito por meio da explanação dos principais normativos relacionados ao tema, por exemplo: o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do Ministério, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC), o Comitê de Governança Digital do MEC e o Comitê Gestor do Plano de Dados Abertos do Ministério da Educação (CGDA/MEC).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

02. CENÁRIO INSTITUCIONAL

Este Plano de Dados Abertos se relaciona e está alinhado com os seguintes instrumentos e instâncias de gestão do MEC:

Plano Estratégico Institucional

O Planejamento Estratégico Institucional (PEI) tem como objetivo facilitar e aprimorar a coordenação entre as políticas educacionais e a legislação, em atenção às demandas da sociedade.

O Plano norteia o planejamento e monitoramento das metas e os objetivos estratégicos do Ministério, com objetivo de alinhar o pensamento estratégico das secretarias com as atividades finalísticas da instituição, em nível estratégico.

Em sua última revisão, publicada no final de 2021, é possível identificar atrelamento do PDA com o objetivo estratégico identificado como número 24, Transformação Digital do MEC. O objetivo em questão visa realizar a transformação digital dos serviços públicos oferecidos aos usuários em serviços digitais.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) emerge como o instrumento que permite acompanhar e direcionar a atuação da TIC – internalizando o direcionamento estratégico corporativo para o nível tático e reportando as estratégias de TIC desenvolvidas para atender às necessidades e cumprir os objetivos requeridos. O PDTIC torna-se também ferramenta de apoio à tomada de decisão e à orientação do gestor de TIC quanto ao planejamento e à gestão de recursos e da capacidade.

A atual edição do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério da Educação (PDTIC-MEC), aprovado pelo Comitê de Governança Digital (CGD), possui vigência para o período de 2021-2023 e define como estratégia o foco no constante alinhamento entre as ações de TIC e os objetivos organizacionais – habilitando a entrega de resultados de forma eficiente e efetiva.

Mais do que um instrumento formal que prima pela conformidade das áreas de tecnologia das instituições públicas, o PDTIC-MEC tem como propósito ser um instrumento vivo e presente no cotidiano organizacional e da STIC, trazendo consigo boas práticas e horizontes de soluções para geração de valor para a educação brasileira.

Plano de Transformação Digital

O Plano de Transformação Digital no MEC foi pactuado em 29 de julho de 2019 com o objetivo de prestar um melhor atendimento ao cidadão ao reduzir a burocracia, simplificar o acesso, diminuir o tempo de espera e os custos para obtenção dos serviços públicos. A medida se traduz em mais eficiência, mais celeridade, além de diminuir os custos com infraestrutura e otimizar a força de trabalho. O plano foi realizado em parceria e apoio do Ministério da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Economia e da Secretaria Especial de Modernização da Secretaria-Geral da Presidência da República.

A iniciativa segue o disposto em cinco decretos:

- **Decreto nº 8.936**, de 19 de dezembro de 2016, que trata da Plataforma Cidadania Digital;
- **Decreto nº 9.723**, de 11 de março de 2019, e o **Decreto nº 9.094**, de 17 de julho de 2017, que tratam de simplificação de serviços e uso do Cadastro de Pessoa Física (CPF) como chave única para identificação do cidadão;
- **Decreto nº 9.756**, de 11 de abril de 2019, que dispõe sobre a unificação dos canais digitais do governo;
- **Decreto nº 10.332**, de 28 de abril de 2020, que trata da Estratégia de Governo Digital.

No que tange ao PDA, a transformação digital dos serviços públicos prevê a integração da base de dados, a utilização de ciência e o compartilhamento de dados que, no futuro, pode repercutir em mudanças nas bases de dados disponibilizadas em dados abertos. Entre as ações do Plano, estão diretamente relacionadas ao PDA a retomada da governança de Dados Abertos e a reativação e o fomento dos painéis públicos de consulta a dados.

Estratégia de Governança Digital

O Governo Federal iniciou, em 2016, a implementação de um novo paradigma na gestão pública com a Estratégia de Governança Digital (EGD), explorando, potencializando e orquestrando sinergias que promovam maior eficácia, eficiência, efetividade e economicidade do Estado.

A estruturação da governança amplia as possibilidades de participação social e de construção colaborativa de políticas e iniciativas inovadoras de governo digital, para que possam ser oferecidos melhores serviços que respondam às exigências de transparência e à prestação de contas para a sociedade.

O propósito da EGD é orientar e integrar essas iniciativas de transformação digital dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Federal, contribuindo para aumentar a efetividade da geração de benefícios para a sociedade brasileira por meio da expansão do acesso às informações governamentais, da melhoria dos serviços públicos digitais e da ampliação da participação social.

Comitê de Governança Digital

O Comitê de Governança Digital do Ministério da Educação (CGD/MEC) foi criado pela Portaria nº 1.959, de 28 de dezembro de 2016, da Secretaria-Executiva do MEC e tem por finalidade, entre outras, aconselhar sobre o direcionamento estratégico e estabelecer políticas e diretrizes para integração dos sistemas que compõem a plataforma operacional.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Comitê Gestor do Plano de Dados Abertos

O Comitê Gestor do Plano de Dados Abertos do Ministério da Educação (CGDA/MEC) foi criado pela Portaria nº 167, de 10 de março de 2022, com a finalidade de elaborar o Plano de Dados Abertos do MEC para o biênio 2022-2024.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

03.OBJETIVOS

Objetivo Geral

Ampliar a abertura de dados no Ministério da Educação (MEC) visando ao cumprimento dos princípios da publicidade, à transparência e à eficiência, como também, ao aumento da disseminação de informações para a sociedade e à difusão de informações no âmbito do Ministério, de forma a promover meios para o controle social e ofertar subsídios mais qualificados à tomada de decisão por meio do compartilhamento de dados entre a Administração Pública e seus órgãos, favorecendo o desenvolvimento de novas tecnologias e ampliando a oferta de serviços públicos ao cidadão.

Objetivos Específicos

1. Disponibilizar dados abertos de forma progressiva e sustentada;
2. Promover os processos de transparência e de acesso a informações públicas para o controle social;
3. Disponibilizar conjuntos de dados íntegros e em formato processável por máquina;
4. Fomentar a governança de dados e práticas de gestão da informação estratégica como uma importante atividade organizacional;
5. Incentivar a produção de conhecimento e a gestão pública participativa, a partir da utilização dos dados pela sociedade civil.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

04. CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO DE DADOS ABERTOS

A construção deste documento foi iniciada pelo Grupo de Trabalho (GT) composto por membros do Gabinete do Ministro de Estado da Educação (GM), da Secretaria-Executiva (SE), da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) e da Ouvidoria (OUV) e foi coordenado pela Secretaria-Executiva (SE).

O processo de construção deste documento exigiu uma densa escala com duas reuniões semanais do Grupo de Trabalho, em alguns momentos do GT com as secretarias, durante o período de outubro de 2021 a março de 2022. Foram utilizados como referência o Manual de Elaboração de Planos de Dados Abertos, a Resolução nº 03 CGINDA e o Plano de Dados Abertos do MEC 2020-2022.

Dando continuidade às atividades de construção do seu PDA, o Ministério da Educação publicou a Portaria MEC nº 167, de 10 de março de 2022, que instituiu o Comitê Gestor do Plano de Dados Abertos do Ministério da Educação (CGDA/MEC), para a elaboração deste Plano de Dados Abertos (PDA).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

05. DADOS SELECIONADOS PARA ABERTURA

Comprometido com as melhores práticas, o MEC disponibilizou de 10/02 a 06/03/2022 uma [Consulta Pública](#) para identificar quais bases de dados a sociedade brasileira possui maior interesse que sejam abertas. Ao longo desse período, houve a sua publicidade, no [Portal do MEC](#) e no [Portal de Dados Abertos](#), com objetivo de disseminar para a sociedade essa ação, o que proporcionou uma melhor identificação dos interesses da sociedade e permitiu a priorização da abertura das bases de acordo com o número de votos recebidos na consulta.

Sem medir esforços para aumentar a transparência, o MEC criou um [Painel Business Intelligence](#) para publicitar o resultado da consulta pública, além de efetuar a devolutiva dessa consulta para a sociedade na [Página dos Dados Abertos](#) no Portal do MEC.

Essa consulta foi constituída por um inventário de dados, criado em um trabalho conjunto de todas as Secretarias do MEC, onde foram detalhados:

- O Nome da Base de Dados;
- A Descrição da Base com *link* para o serviço, quando havia; e
- A Descrição dos dados que poderão ser abertos.

Ao publicar essa consulta com tais informações, o MEC munuiu o cidadão de todas as informações necessárias para que ele exprimisse, de forma consciente, seu nível de interesse nos dados. Com base na análise das informações fornecidas pelo MEC, o cidadão podia votar de 0 a 10, indicando o seu nível de interesse naqueles dados, sendo:

- 0 – Nenhum interesse;
- 10 – Muito interessado.

Essa consulta trouxe dois indicadores que formaram a base da Matriz de Priorização de Abertura, sendo:

- Indicador 1: Manifestação Social.
 - Indicador baseado na média das notas de interesse da população nas bases de dados informadas. .
- Indicador 2: Manifestação Institucional.
 - Indicador baseado em:
 - Análise técnica da base de dados, com intuito de identificar riscos no processo de abertura dos dados que possam impossibilitar sua imediata abertura;
 - Necessidade de custos adicionais para a abertura da base;
 - Impacto na capacidade operacional da equipe de Tecnologia da informação;
 - Grau de alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional;
 - Conformidade com a legislação vigente, em especial com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Com base no cruzamento desses dois indicadores, as bases sugeridas para serem abertas resultaram em uma nota de priorização de 1 a 9, sendo 1 baixa prioridade e 9 de alta prioridade.

Manifestação – Social	3 – Alta	3	6	9
	2 – Média	2	4	6
	1 – Baixa	1	2	3
Prioridades		1 – Baixa	2 – Média	3 – Alta
		Manifestação – Institucional		

Tabela 1 - Matriz de Priorização de Abertura

Prioridade = Manifestação Social x Institucional		
Prioridade	6 e 9	Prioridade Alta
	3 e 4	Prioridade Média
	1 e 2	Prioridade Baixa

Tabela 2 – Grupos de Priorização

Ao realizar esse cruzamento, o MEC se compromete com a abertura das bases a seguir.

Base	PRIORIDADE
Não Houve Bases Com Essa Prioridade	9 – Alta
<ol style="list-style-type: none">1. Bolsa Formação2. Bolsas concedidas e perfil dos beneficiários do Prouni3. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPTC) - Lista das obras da Rede Federal de EPCT4. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPTC) - Orçamento da Rede Federal de EPCT5. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPTC) - Unidades da Rede Federal de EPCT6. Sistema e-MEC - Cursos de Especialização do Brasil7. Sistema e-MEC - Cursos de Graduação do Brasil8. Sistema e-MEC - Instituições de Educação Superior do Brasil	6 – Alta



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Base	PRIORIDADE
9. Educação profissional e tecnológica - SISTEC - IPES Cursos 10. Educação profissional e tecnológica - SISTEC - IPES Escolas 11. Educação profissional e tecnológica - SISTEC - IPES Matrículas 12. Educação profissional e tecnológica - SISTEC - Regulação Cursos 13. Educação profissional e tecnológica - SISTEC - Regulação Escolas 14. Educação profissional e tecnológica - SISTEC - Regulação Matrículas 15. Escola Acessível - PDDE Interativo 16. Plataforma Nilo Peçanha (PNP) - Microdados Servidores 17. Sala de Recursos - PDDE Interativo	4 – Média
Não Houve Bases Com Essa Prioridade	3 – Média
18. Base de escolas que aderiram ao Programa Brasil na Escola 19. Escola da Terra 20. PDDE Campo 21. Plataforma Nilo Peçanha (PNP) - Microdados Eficiência Acadêmica 22. Plataforma Nilo Peçanha (PNP) - Microdados Financeiro 23. Plataforma Nilo Peçanha (PNP) - Microdados Matrículas 24. Processos de Certificação de Entidades Benéficas do Brasil (CEBAS) 25. Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) 26. Programa de Itinerários Formativos (PROIF) 27. Programas de Residência Médica 28. Programas de Residência Profissional em Área da Saúde (Uni e Multiprofissional) 29. SisIndigena 30. Sistema de Gestão dos Programas de Alfabetização (SisAlfa) Módulos 1 a 4 31. Sistema de Monitoramento da Formação Continuada (SISFOR)	2 – Baixa
Não Houve Bases Com Essa Prioridade	1 – Baixa

Tabela 3 - Resultado da Priorização



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

06.O PROCESSO DE CATALOGAÇÃO

A Política Nacional de Dados Abertos do Poder Executivo Federal regula e orienta a publicação de dados abertos governamentais pelos órgãos e pelas entidades do Governo Federal. O MEC se mantém alinhado com a referida Política, prezando pela conformidade com a legislação vigente, assim como com os padrões e as boas práticas definidos pela Controladoria-Geral da União (CGU), órgão responsável pela gestão e pelo monitoramento da Política de Dados Abertos.

Prova desse comprometimento é visível na atenção e no empenho empregados pelo Comitê Gestor do Plano de Dados Abertos do Ministério da Educação (CGDA/MEC), que desenvolveu ações estratégicas de orientação das Unidades Organizacionais do MEC, com o objetivo de padronizar os metadados, garantir a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das bases de dados disponibilizadas neste PDA, assim como a proteção dos dados pessoais e a manutenção do direito constitucional à privacidade.

Dando continuidade às ações de construção do PDA/MEC, cabe ressaltar um avanço na maturidade e capacidade estratégica da Pasta, fruto das ações aprendidas com outros planos, em especial no que se refere à fase de catalogação dos dados.

Entendemos que a catalogação, ou seja, o processo de publicação de dados adotado pelo MEC³, está relacionada com a gestão das bases, seguindo três macroprocessos, a saber:

1. A abertura de novas bases de dados, a consequente publicação no Portal do MEC e, em seguida, no portal da CGU;
2. A manutenção das bases já disponibilizadas no [Portal de Dados Abertos](#) do Governo Federal; e
3. O monitoramento da execução do PDA. Essa ação é realizada pela Autoridade de Monitoramento nos termos do art. 40 da LAI. No MEC, essa função é desenvolvida pelo Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI).

O macroprocesso de abertura de novas bases segue as especificações delimitadas no cronograma de abertura de base de dados, especificado no item “08 – Plano de Ação”, que pode ser conferido da página 15 até a página 28 deste documento.

Já o macroprocesso de manutenção das bases já disponibilizadas no [Portal de Dados Abertos do Governo Federal](#) segue os padrões de catalogação de dados no portal.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

07.SUSTENTAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE

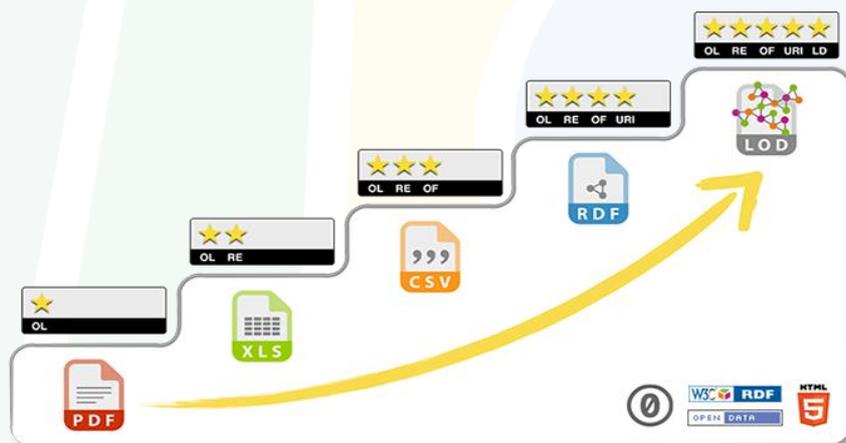
Monitoramento e Controle

O PDA será acompanhado pela autoridade de monitoramento designada nos termos do art. 40, da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, e coordenado pela Secretaria-Executiva do MEC, assessorados pelas unidades organizacionais da Pasta.

Melhoria da qualidade dos dados

As áreas finalísticas são proprietárias e responsáveis pelos conjuntos de dados e, portanto, encarregadas de levantar e catalogar suas informações, coordenar os processos de abertura, prezando pelo cumprimento do PDA, podendo, também, propor alterações a este e, prezar pela melhoria contínua da qualidade e confiabilidade dos dados publicados.

O PDA do MEC tem como referência, quanto à melhoria da qualidade dos dados abertos, o modelo de níveis de maturidade de dados proposto por Tim Berners-Lee.



**A proposta de Tim Berners-Lee é que cada nova estrela alcançada torna os dados progressivamente mais poderosos e mais fáceis para as pessoas utilizarem.*



Os recursos estarão disponíveis na *web* (independentemente do formato), sob uma licença aberta.



A condição anterior e ainda disponibilizar como dados estruturados legíveis por máquina (por exemplo, um arquivo no formato Excel em lugar de uma imagem escaneada de uma tabela).



Todas as anteriores e ainda utilizar um formato não proprietário (por exemplo, um arquivo CSV ao invés de um Excel).





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Todas as anteriores e ainda utilizar URLs bem desenhadas para identificar as coisas, então as pessoas podem referenciá-las.



Todas as anteriores e ainda ligar seus dados com dados de outras pessoas para prover contexto.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

08. PLANO DE AÇÃO

Cronograma de elaboração e sustentação do PDA

AÇÃO	ATIVIDADE	UNIDADE E CONTATO DO RESPONSÁVEL	META/PRAZO
1. Formalizar Equipe	Estabelecer o Comitê de Dados Abertos do MEC.	Secretaria-Executiva – Gabinete do Ministro – Contato: 2022-8738.	03/2022
2. Realizar o Inventário de Dados	Criar inventário de Dados das Secretarias do MEC.	Secretaria-Executiva – Gabinete do Ministro – Contato: 2022-8738.	12/2021
3. Criar Cronogramas	Criar cronogramas de Abertura de Dados, Atualização de Bases, Fomento e Elaboração do PDA.	Comitê-Geral de Plano de Dados Abertos do MEC – Contato: 2022-8738.	05/2022
4. Criar Documento do PDA	Planejar e formalizar em documento oficial todas as informações, planejamentos e ações do PDA.	Comitê-Geral de Plano de Dados Abertos do MEC – Contato: 2022-8738.	06/2022
5. Validar PDA	Analisar, revisar e validar proposta de PDA do MEC 2022.	Comitê de Governança Digital; Controladoria-Geral da União; e Ministro da Educação – Contato: 2022-8738.	06/2022
6. Realizar a Execução e o Monitoramento	Executar e monitorar, conforme planejamento, os cronogramas de Abertura, Atualização e Fomento.	Autoridade de Monitoramento da LAI no MEC – Contato: 2022-7911.	07/2024



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Cronograma de abertura de bases

NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE E CONTATO DO RESPONSÁVEL PELA BASE	Frequência de atualização	Meta/Prazo para abertura
Sistema e-MEC – Instituições de Educação Superior do Brasil	"Detalhamento do quantitativo das Instituições de Educação Superior por: código da Instituição de Educação Superior (IES); nome da IES; sigla; categoria da IES; IES comunitária (Sim/Não); IES confessional (Sim/Não); IES filantrópica; organização acadêmica; segmentadas por código do município (IBGE); município; situação da IES (ativa ou extinta)".	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) - seres.atendimento@mec.gov.br	Anual	Dezembro/22
Sistema e-MEC – Cursos de Graduação do Brasil	Detalhamento do quantitativo de Cursos de Graduação (Licenciatura, Bacharelado, Tecnológico, Sequencial e ABI - Área Básica de Ingresso) no Brasil por: código da Instituição de Educação Superior (IES); nome da IES; categoria da IES; organização acadêmica; código do curso; nome do curso; grau; área OCDE; modalidade de ensino (presencial ou EaD); situação do curso (ativo ou inativo); vagas autorizadas; carga horária; segmentadas por código do município (IBGE); município; UF; região.	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) - seres.atendimento@mec.gov.br	Anual	Dezembro/22



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE E CONTATO DO RESPONSÁVEL PELA BASE	Frequência de atualização	Meta/Prazo para abertura
Sistema e-MEC – Cursos de Especialização do Brasil	Detalhamento do quantitativo dos Cursos de Especialização (Latu-Sensu) no Brasil por: código da Instituição de Educação Superior (IES); nome da IES; código da especialização; nome da especialização; área OCDE; carga horária; duração (meses); modalidade de ensino (presencial ou EaD); vagas autorizadas; segmentadas por código do município (IBGE); município; UF; região. Situação do curso (ativo ou inativo).	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) - seres.atendimento@mec.gov.br	Anual	Dezembro/22
Bolsas concedidas e perfil dos beneficiários do Prouni	Detalhamento quantitativo das bolsas concedidas pelo Prouni por: ano, segmentadas por região; UF; município; Instituição de Educação Superior; curso; modalidade de ensino (presencial ou EaD); turno e tipo de bolsa. Detalhamento do perfil dos beneficiários do Prouni por sexo; raça/cor; faixa etária e pessoas com deficiência.	Secretaria de Educação Superior (Sesu) - dipes@mec.gov.br	Anual	Dezembro/22
REDE FEDERAL DE EPCT – Unidades da Rede Federal de EPCT	Lista de todas as instituições da Rede Federal de EPCT, com detalhamento de: nome, município, data de autorização de funcionamento.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) - cgggsetec@mec.gov.br	Anual	Abril/23



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE E CONTATO DO RESPONSÁVEL PELA BASE	Frequência de atualização	Meta/Prazo para abertura
Bolsa Formação	Vagas aprovadas e homologadas, matrículas efetivadas, recurso da União destinado às redes estaduais, distrital, municipais, privadas e instituições do Sistema S. Dados geolocalizados com filtros por tipo de curso, modalidade de ensino, rede ofertante, unidade da federação e instituição em formato interativo ou de microdados.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) - daf-setec@mec.gov.br	Anual	Abril/23
REDE FEDERAL DE EPCT – Orçamento da Rede Federal de EPCT	Valor total disponibilizado por instituição via matriz orçamentária ou descentralização.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) - cgggsetec@mec.gov.br	Anual	Abril/23
REDE FEDERAL DE EPCT – Lista das obras da Rede Federal de EPCT	Situação das obras da expansão e de reestruturação da Rede.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) - cgggsetec@mec.gov.br	Trimestral	Abril/23
Escola Acessível – PDDE Interativo	A base de dados informa as escolas contempladas com verba para adequação arquitetônica das escolas; quantidade de escolas beneficiadas por ano (2018,2019,2020); valor Investido por ano.	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp) - semesp@mec.gov.br	Anual	Agosto/23
Sala de Recursos – PDDE Interativo	A base de dados informa as escolas contempladas com a aquisição de materiais especializados nas escolas; quantidade de escolas beneficiadas por ano (2020); valor investido por ano.	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp) - semesp@mec.gov.br	Anual	Agosto/23



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE E CONTATO DO RESPONSÁVEL PELA BASE	Frequência de atualização	Meta/Prazo para abertura
Educação profissional e tecnológica – SISTEC - Regulação Escolas	Apresenta informações sobre as instituições de ensino que ofertam educação profissional e tecnológica no país cadastradas no Sistec.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) - dpr.setec@mec.gov.br	Semestral	Agosto/23
Educação profissional e tecnológica – SISTEC - Regulação Cursos	Apresenta informações sobre os cursos de educação profissional e tecnológica no país cadastrados no Sistec.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) - dpr.setec@mec.gov.br	Semestral	Agosto/23
Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC – Regulação Matrículas	Apresenta informações sobre as matrículas dos cursos de educação profissional e tecnológica no país cadastradas no Sistec.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) - dpr.setec@mec.gov.br	Semestral	Dezembro/23
Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC – IPES Escolas	Representa um subconjunto da base “Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC - Regulação Escolas”, contemplando especificamente as instituições privadas de ensino superior que ofertam educação profissional e tecnológica no país.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) - dpr.setec@mec.gov.br	Semestral	Dezembro/23
Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC – IPES Cursos	Representa um subconjunto da base “Educação profissional e tecnológica - SISTEC - Regulação Cursos”, contemplando especificamente os cursos das instituições privadas de ensino superior que ofertam educação profissional e tecnológica no país.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) - dpr.setec@mec.gov.br	Semestral	Dezembro/23



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE E CONTATO DO RESPONSÁVEL PELA BASE	Frequência de atualização	Meta/Prazo para abertura
Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC – IPES Matrículas	Representa um subconjunto da base “Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC - Regulação Matrículas”, contemplando especificamente as matrículas de educação profissional e tecnológica ofertadas pelas instituições privadas de ensino superior, conforme a Portaria nº 62, de 24 de janeiro de 2020.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) - dpr.setec@mec.gov.br	Semestral	Dezembro/23
Plataforma Nilo Peçanha (PNP) - Microdados Servidores	Representa o conjunto de dados relacionados aos servidores docentes e técnicos-administrativos.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) - gerenciaprojetos@mec.gov.br	Anual	Dezembro/23
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – EMTI	Dados sobre as adesões de Secretarias Estaduais de Educação (Anos: 2016, 2017, 2018 e 2019), bem como de repasses financeiros e matrículas de estudantes em escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. A base de dados contém o número de escolas por estado (UF) participantes do programa, a quantidade de matrículas (estudantes) abrangidas e ainda os dados financeiros (valores) repassados para cada Secretaria Estadual de Educação.	Secretaria de Educação Básica (SEB/DPD/Cogem) - cogem@mec.gov.br	Anual	Abril/24
Programa de Itinerários Formativos – PROIF	Dados sobre as adesões das Unidades Escolares via PDDE (Ano 2021), bem como de	Secretaria de Educação Básica (SEB/DPD/Cogem)	Anual	Abril/24



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE E CONTATO DO RESPONSÁVEL PELA BASE	Frequência de atualização	Meta/Prazo para abertura
	repasse financeiro e matrículas de estudantes em escolas participantes do programa. Os dados que serão disponibilizados referem-se ao número de escolas participantes, por UF, à quantidade de matrículas (estudantes) abrangidas e aos recursos financeiros repassados por escola participante, podendo ser totalizados por UF.	- cogem@mec.gov.br		
Plataforma Nilo Peçanha (PNP) – Microdados Matrículas	Representa o conjunto de dados relacionados às matrículas (matrícula, aluno, ciclo de matrícula, curso, unidade de ensino, instituição). Possui uma linha para cada matrícula que esteve ativa em pelo menos um dia no ano base.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) - gerenciaprojetos@mec.gov.br	Anual	Abril/24
Plataforma Nilo Peçanha (PNP) – Microdados Eficiência Acadêmica	Representa o conjunto de dados necessários para o cálculo dos indicadores disponíveis no painel “Eficiência Acadêmica”. Esse arquivo está relacionado às matrículas (matrícula, aluno, ciclo de matrícula, curso, unidade de ensino, instituição), contudo possui uma linha para cada matrícula de ciclos que estavam previstos para terminar no ano anterior ao ano de referência.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) - gerenciaprojetos@mec.gov.br	Anual	Abril/24
Plataforma Nilo Peçanha (PNP) – Microdados Financeiro	Representa o conjunto de dados para as variáveis relacionadas ao financeiro.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) -	Anual	Abril/24



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE E CONTATO DO RESPONSÁVEL PELA BASE	Frequência de atualização	Meta/Prazo para abertura
Relatório de Processos de Certificação de Entidades Beneficentes do Brasil – CEBAS	Detalhamento do quantitativo de processos de Certificação de Entidades Beneficentes recebidos por: nº do processo SEI; CNPJ da entidade; nome da entidade; fase de análise processual; tipo de processo; data de protocolo; data de conclusão; data final do último certificado.	gerenciaprojetos@mec.gov.br Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) - seres.atendimento@mec.gov.br	Anual	Abril/24
Base de escolas que aderiram ao Programa Brasil na Escola	A base de dados contém informações sobre as escolas contempladas no âmbito do Programa Brasil na Escola. Os dados que serão disponibilizados referem-se à quantidade de escolas que aderiram ao programa, por UF, à quantidade de matrículas (estudantes) abrangidas (podendo ser totalizadas por UF) e aos recursos financeiros repassados às escolas participantes, podendo, também, ser totalizados por UF.	Secretaria de Educação Básica (SEB/DPD/ Cogef) - cogefseb@mec.gov.br	Semestral	Abril/24
Sistema de Monitoramento da Formação Continuada (SISFOR)	A base de dados do Sistema de Monitoramento da Formação Continuada (SISFOR) informa o nome da IES que oferta o curso; nome do curso; a vigência de cada curso; municípios atendidos pelo curso; encontros presenciais realizados pelo curso; execução financeira de cada curso; indicadores de desempenho dos cursistas em	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp) - semesp@mec.gov.br	Semestral	Agosto/24



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE E CONTATO DO RESPONSÁVEL PELA BASE	Frequência de atualização	Meta/Prazo para abertura
	cada curso; e perfil dos cursistas em cada curso (desde 2014 até o presente momento).			
SisIndigena	A base de dados informa sobre a formação continuada de professores indígenas por universidade. Quantidade de participantes; quantidade de formadores; quantidade de certificados emitidos; quantidade de desistentes; quantidade de bolsas pagas; valor total de bolsas pagas; quantidade de cursistas por município.	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp) - semesp@mec.gov.br	Anual	Agosto/24
Escola da Terra	A base de dados informa sobre a formação continuada (aperfeiçoamento e especialização) de professores da educação básica do campo das escolas pertencentes a redes estaduais e municipais. Quantidade de professores cursista; quantidade de professores aprovados e certificados; entes federados que aderiram ao programa; quantidade de cursistas por município e por redes; quantidade de bolsas autorizadas.	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp) - semesp@mec.gov.br	Semestral	Agosto/24
PDDE Campo	A base de dados informa a destinação dos recursos financeiros a escolas públicas municipais, estaduais e distritais da educação básica, localizadas na zona rural (campo, indígenas e quilombolas), a fim de propiciar adequação e benfeitoria na infraestrutura	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp) -	Anual	Agosto/24



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE E CONTATO DO RESPONSÁVEL PELA BASE	Frequência de atualização	Meta/Prazo para abertura
	física das unidades escolares beneficiadas. Quantidade de escolas contempladas pelo programa; quantidade de alunos contemplados pelo programa; valor total do programa no exercício (desde 2009 até o presente momento).	semesp@mec.gov.br		
Programas de Residência Médica	Dados relacionados aos programas de residência médica autorizados no Brasil, com detalhamento da distribuição por região, especialidade/área de atuação, número de vagas autorizadas por instituição ofertante da vaga.	Secretaria de Educação Superior (Sesu) - ddessesu@mec.gov.br	Anual	Agosto/24
Programas de Residência Multiprofissional e em Profissional da Saúde	Dados relacionados aos programas de residência multiprofissional e em área profissional da saúde autorizados no Brasil, com detalhamento da distribuição por região, área de concentração, categoria profissional, número de vagas autorizadas por instituição ofertante da vaga.	Secretaria de Educação Superior (Sesu) - ddessesu@mec.gov.br	Anual	Agosto/24
Sistema de Gestão dos Programas de Alfabetização – SisAlfa – Módulos 1 a 4	Sistema responsável por intermediar todas as ações de execução dos programas de alfabetização. Ele foi arquitetado para atender ao Programa Tempo de Aprender, oferecendo um ambiente amigável e de fácil navegabilidade, para levar ao usuário um	Secretaria de Alfabetização (Sealf) - sisalfa@mec.gov.br	Anual	Agosto/24



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE E CONTATO DO RESPONSÁVEL PELA BASE	Frequência de atualização	Meta/Prazo para abertura
	ambiente tecnológico seguro e ágil em todo o processo.			
Dados dos processos seletivos do Fies referentes ao primeiro e segundo semestres	Dados referentes às vagas propostas pelas mantenedoras de instituições de educação superior para participação nos processos seletivos realizados e informações sobre os candidatos inscritos na modalidade Fies nos processos seletivos realizados.	Secretaria de Educação Superior (Sesu) - dipes@mec.gov.br	Anual	Agosto/24
Dados dos processos seletivos Sisu referentes ao primeiro semestre	Dados referentes à participação dos estudantes na chamada regular e lista de espera nos processos seletivos, com a informação de matrícula.	Secretaria de Educação Superior (Sesu) - dipes@mec.gov.br	Anual	Agosto/24



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Cronograma de atualização de bases

QUANTIDADE DE BASES	PRAZO PARA ATUALIZAÇÃO
De 8 a 12 bases	09/2022
De 8 a 12 bases	12/2022
De 8 a 12 bases	03/2023
De 8 a 12 bases	06/2023
De 8 a 12 bases	09/2023
De 8 a 12 bases	12/2023
De 8 a 12 bases	03/2024
De 8 a 12 bases	06/2024

Cronograma de promoção, fomento, uso e reuso das bases

PRODUTO	ATIVIDADES	UNIDADE E CONTATO DO RESPONSÁVEL	DATA/PERÍODO
1. Notícia sobre Publicação do Novo PDA do MEC em seu Portal	Criar notícia, no portal gov.br do MEC, dando publicidade à publicação do novo PDA do MEC.	ACS – ascom@mec.gov.br	07/2022
2. Palestra – Evolução do PDA no MEC	Realizar palestra interna para Servidores e Terceirizados do MEC quanto à evolução alcançada entre o PDA 2020/2022 e o novo PDA e o fluxo de abertura.	Ouvidoria/AECI/STIC – Plataforma Fala BR	12/2022
3. Palestra – Construção do Novo PDA (2024/2026)	Apresentação do cronograma, construção do novo PDA e conceito de bases.	Ouvidoria/AECI/STIC – Plataforma Fala BR	06/2023
4. Palestra da CGU quanto ao Cronograma de Abertura/Atualização	CGU ministra palestra para o MEC quanto às etapas da criação de um Cronograma de	CGU	12/2024



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

	Abertura/Atualização de Dados.		
5.Notícia sobre Acompanhamento do PDA do MEC	Criar notícia, no portal gov.br do MEC, dando publicidade às bases abertas e se os prazos estão sendo atendidos.	ACS – ascom@mec.gov.br	06/2023





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

09. ANEXOS

Inventário de bases de dados do órgão

	NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE/RESPONSÁVEL PELA BASE	DISPONÍVEL EM DADOS.GOV. BR?	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	POLÍTICA PÚBLICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	POSSUI CONTEÚDO SIGILOSO?
1	REDE FEDERAL DE EPCT – – Unidades da Rede Federal de EPCT	Lista de todas as instituições da Rede Federal de EPCT, com detalhamento de: nome, município, data de autorização de funcionamento.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec)	Sim	Anual	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.	Não
2	Bolsa Formação	Vagas aprovadas e homologadas, matrículas efetivadas, recurso da União destinado às redes estaduais, distrital, municipais, privadas e instituições do Sistema S. Dados geolocalizados com filtros por tipo de curso, modalidade de ensino, rede ofertante, unidade da federação e instituição em formato interativo ou de microdados.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec)	Sim	Semestral	PPA: PROGRAMA: 5012 – Educação Profissional e Tecnológica. Programa Novos Caminhos.	Não



NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE/RESPONSÁVEL PELA BASE	DISPONÍVEL EM DADOS.GOV.BR?	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	POLÍTICA PÚBLICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	POSSUI CONTEÚDO SIGILOSO?	
3	REDE FEDERAL DE EPCT – – Orçamento da Rede Federal de EPCT	Valor total disponibilizado por instituição via matriz orçamentária ou descentralização.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec)	Sim	Anual	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.	Não
4	REDE FEDERAL DE EPCT – – Lista das obras da Rede Federal de EPCT, com detalhamento de nome, município e situação	Situação das obras da expansão e de reestruturação da Rede.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec)	Sim	Trimestral	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.	Não
5	Plataforma Nilo Peçanha (PNP) – Microdados Matrículas	Representa o conjunto de dados relacionados às matrículas (matrícula, aluno, ciclo de matrícula, curso, unidade de ensino, instituição). Possui uma linha para cada matrícula que esteve ativa em pelo menos um dia no ano base.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec)	Sim	Anual	PPA – PROGRAMA: 5012 – Educação Profissional e Tecnológica. Portaria nº 1, de 3 de janeiro de 2018. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.	Não



NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE/RESPONSÁVEL PELA BASE	DISPONÍVEL EM DADOS.GOV.BR?	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	POLÍTICA PÚBLICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	POSSUI CONTEÚDO SIGILOSO?	
6	Plataforma Nilo Peçanha (PNP) - Microdados Eficiência Acadêmica	Representa o conjunto de dados necessários para o cálculo dos indicadores disponíveis no painel “Eficiência Acadêmica”. Este arquivo está relacionado às matrículas (matrícula, aluno, ciclo de matrícula, curso, unidade de ensino, instituição), contudo possui uma linha para cada matrícula de ciclos que estavam previstos para terminar no ano anterior ao ano de referência.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec)	Sim	Anual	PPA – PROGRAMA: 5012 – Educação Profissional e Tecnológica. Portaria nº 1, de 3 de janeiro de 2018. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.	Não
7	Plataforma Nilo Peçanha (PNP) - Microdados Servidores	Representa o conjunto de dados relacionados aos servidores docentes e técnicos-administrativos.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec)	Sim	Anual	PPA – PROGRAMA: 5012 – Educação Profissional e Tecnológica. Portaria nº 1, de 3 de janeiro de 2018. Rede Federal de Educação Profissional,	Não



NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE/RESPONSÁVEL PELA BASE	DISPONÍVEL EM DADOS.GOV.BR?	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	POLÍTICA PÚBLICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	POSSUI CONTEÚDO SIGILOSO?	
					Científica e Tecnológica.		
8	Plataforma Nilo Peçanha (PNP) – Microdados Financeiro	Representa o conjunto de dados para as variáveis relacionadas ao financeiro.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec)	Sim	Anual	PPA – PROGRAMA: 5012 – Educação Profissional e Tecnológica. Portaria nº 1, de 3 de janeiro de 2018. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.	Não
9	Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC – Regulação Escolas	Apresenta informações sobre as instituições de ensino que ofertam Educação Profissional e Tecnológica no país, cadastradas no SISTEC.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec)	Não	Semestral	PPA – PROGRAMA: 5012 – Educação Profissional e Tecnológica.	Não
10	Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC – Regulação Cursos	Apresenta informações sobre os cursos de Educação Profissional e Tecnológica no país, cadastrados no SISTEC.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec)	Não	Semestral	PPA – PROGRAMA: 5012 – Educação Profissional e Tecnológica.	Não
11	Educação Profissional e Tecnológica –	Apresenta informações sobre as matrículas dos cursos de Educação Profissional e	Secretaria de Educação Profissional e	Não	Semestral	PPA – PROGRAMA: 5012 – Educação Profissional e Tecnológica.	Sim



NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE/RESPONSÁVEL PELA BASE	DISPONÍVEL EM DADOS.GOV.BR?	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	POLÍTICA PÚBLICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	POSSUI CONTEÚDO SIGILOSO?	
SISTEC - Regulação Matrículas	Tecnológica no país, cadastradas no SISTEC.	Tecnológica (Setec)					
12	Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC – IPES Escolas	Representa um subconjunto da base “Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC – Regulação Escolas”, contemplando, especificamente, as instituições privadas de ensino superior que ofertam educação profissional e tecnológica no país.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec)	Não	Semestral	PPA – PROGRAMA: 5012 – Educação Profissional e Tecnológica. Portaria nº 1.718, de 8 de outubro de 2019.	Sim
13	Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC – IPES Cursos	Representa um subconjunto da base “Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC – Regulação Cursos”, contemplando, especificamente, os cursos das instituições privadas de ensino superior que ofertam educação profissional e tecnológica no país.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec)	Não	Semestral	PPA – PROGRAMA: 5012 – Educação Profissional e Tecnológica. Portaria nº 1.718, de 8 de outubro de 2019.	Sim



NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE/RESPONSÁVEL PELA BASE	DISPONÍVEL EM DADOS.GOV.BR?	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	POLÍTICA PÚBLICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	POSSUI CONTEÚDO SIGILOSO?	
14	Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC – IPES Matrículas	Representa um subconjunto da base “Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC – Regulação Matrículas”, contemplando, especificamente, as matrículas de Educação Profissional e Tecnológica ofertadas pelas instituições privadas de ensino superior, conforme a Portaria Nº 62, de 24 de janeiro de 2020.	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec)	Sim	Semestral	PPA – PROGRAMA: 5012 – Educação Profissional e Tecnológica. Portaria nº 1.718, de 8 de outubro de 2019.	Não
15	Sistema e-MEC – Instituições de Educação Superior do Brasil	Detalhamento do quantitativo das Instituições de Educação Superior por: código da Instituição de Educação Superior (IES); nome da IES; sigla; categoria da IES; IES comunitária (Sim/Não); IES confessional (Sim/Não); IES filantrópica; organização	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres)	Não	Anual	N/A	Não



NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE/RESPONSÁVEL PELA BASE	DISPONÍVEL EM DADOS.GOV.BR?	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	POLÍTICA PÚBLICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	POSSUI CONTEÚDO SIGILOSO?
		acadêmica; segmentadas por código do município (IBGE); município; situação da IES (ativa ou extinta).				
16	Sistema e-MEC – Cursos de Graduação do Brasil	Detalhamento do quantitativo de cursos de graduação (licenciatura, bacharelado, tecnológico, sequencial e Área Básica de Ingresso – ABI) no Brasil por: código da Instituição de Educação Superior (IES); nome da IES; categoria da IES; organização acadêmica; código do curso; nome do curso; grau; área OCDE; modalidade de ensino (presencial ou EaD); situação do curso (ativo ou inativo); vagas autorizadas; carga horária; segmentadas	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres)	Não	Anual	N/A



NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE/RESPONSÁVEL PELA BASE	DISPONÍVEL EM DADOS.GOV.BR?	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	POLÍTICA PÚBLICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	POSSUI CONTEÚDO SIGILOSO?	
		por código do município (IBGE); município; UF; região.					
17	Sistema e-MEC – Cursos de Especialização do Brasil	Detalhamento do quantitativo dos cursos de especialização (Latu-Sensu) no Brasil por: código da Instituição de Educação Superior (IES); nome da IES; código da especialização; nome da especialização; área OCDE; carga horária; duração (meses); modalidade de ensino (presencial ou EaD); vagas autorizadas; segmentadas por código do município (IBGE); município; UF; região; situação do curso (ativo ou inativo).	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres)	Não	Anual	N/A	Não
18	Processos de Certificação de Entidades	Detalhamento do quantitativo de processos de Certificação de	Secretaria de Regulação e Supervisão da	Não	Anual	CEBAS Lei Nº 12.101/ 2009	Não



NOME DA BASE DE DADOS		DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE/RESPONSÁVEL PELA BASE	DISPONÍVEL EM DADOS.GOV.BR?	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	POLÍTICA PÚBLICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	POSSUI CONTEÚDO SIGILOSO?
	Beneficentes do Brasil (CEBAS)	Entidades Beneficentes recebidos por: nº do processo SEI; CNPJ da entidade; nome da entidade; fase de análise processual; tipo de processo; data de protocolo; data de conclusão; data final do último certificado.	Educação Superior (Seres)				
19	Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI)	Dados sobre as adesões de Secretarias Estaduais de Educação (anos: 2016, 2017, 2018 e 2019), bem como de repasses financeiros e matrículas de estudantes em escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. A base de dados contém o número de escolas por estado (UF) participantes do programa, a quantidade	Secretaria de Educação Básica (SEB/DPD/Cogem)	Não	Anual	Novo Ensino Médio	Não



NOME DA BASE DE DADOS		DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE/RESPONSÁVEL PELA BASE	DISPONÍVEL EM DADOS.GOV.BR?	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	POLÍTICA PÚBLICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	POSSUI CONTEÚDO SIGILOSO?
		de matrículas (estudantes) abrangidas e ainda os dados financeiros (valores) repassados para cada Secretaria Estadual de Educação (UF).					
20	Programa de Itinerários Formativos (PROIF)	Dados sobre as adesões das Unidades Escolares via PDDE (Ano 2021), bem como de repasses financeiros e matrículas de estudantes em escolas participantes do programa. Os dados que serão disponibilizados referem-se ao número de escolas participantes, por UF, quantidade de matrículas (estudantes) abrangidas e recursos financeiros repassados por escola participante, podendo ser totalizados por UF.	Secretaria de Educação Básica (SEB/DPD/Cogem)	Não	Anual	Novo Ensino Médio	Não



NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE/RESPONSÁVEL PELA BASE	DISPONÍVEL EM DADOS.GOV.BR?	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	POLÍTICA PÚBLICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	POSSUI CONTEÚDO SIGILOSO?	
21	Base de escolas que aderiram ao Programa Brasil na Escola	A base contém informações sobre as escolas contempladas no âmbito do Programa Brasil na Escola. Os dados que serão disponibilizados referem-se à quantidade de escolas que aderiram ao programa, por UF, à quantidade de matrículas (estudantes) abrangidas (podendo ser totalizadas por UF) e aos recursos financeiros repassados às escolas participantes, podendo também ser totalizados por UF.	Secretaria de Educação Básica (SEB/DPD/Cogef)	Não	Semestral	Programa Brasil na Escola (voltado às séries finais do ensino fundamental).	Sim
22	Dados dos processos seletivos do Fies referentes ao primeiro e segundo semestres	Dados referentes às vagas propostas pelas mantenedoras de instituições de educação superior para participação nos processos seletivos	Secretaria de Educação Superior (Sesu)	Sim	Anual	N/A	Não



NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE/RESPONSÁVEL PELA BASE	DISPONÍVEL EM DADOS.GOV.BR?	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	POLÍTICA PÚBLICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	POSSUI CONTEÚDO SIGILOSO?
23	Dados dos processos seletivos Sisu referentes ao primeiro semestre	Secretaria de Educação Superior (Sesu)	Não	Anual	Portaria Normativa nº 21/2012	não
24	Bolsas concedidas e perfil dos beneficiários do Prouni	Secretaria de Educação Superior (Sesu)	Sim	Anual	Portaria nº 994, de 7 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a adesão e a renovação de adesão ao Programa Universidade para Todos (Prouni) para participação no processo seletivo referente ao primeiro semestre de 2022.	Não



NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE/RESPONSÁVEL PELA BASE	DISPONÍVEL EM DADOS.GOV.BR?	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	POLÍTICA PÚBLICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	POSSUI CONTEÚDO SIGILOSO?	
	por sexo; raça/cor; faixa etária e pessoas com deficiência.						
25	Programas de Residência Médica	Dados relacionados aos programas de residência médica ofertados no Brasil, com detalhamento da distribuição por região, programa, especialidade, número de vagas autorizadas por instituição ofertante da vaga e financiadora das bolsas.	Secretaria de Educação Superior (Sesu)	Não	Anual	Lei nº 6.932, de 07 de julho de 1981, Dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências. Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013 Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências.	Não
26	Programas de Residência Profissional em Área da Saúde (Uni e Multiprofissional)	Dados relacionados aos programas de residência médica ofertados no Brasil, com detalhamento da distribuição por região, programa,	Secretaria de Educação Superior (Sesu)	Não	Anual	Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, institui a Residência em Área Profissional de Saúde e cria a Comissão Nacional de Residência	Não



NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE/RESPONSÁVEL PELA BASE	DISPONÍVEL EM DADOS.GOV.BR?	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	POLÍTICA PÚBLICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	POSSUI CONTEÚDO SIGILOSO?	
	especialidade, número de vagas autorizadas por instituição ofertante da vaga e financiadora das bolsas.				Multiprofissional em Saúde - CNRMS.		
27	Sisfor	A base de dados do Sistema de Monitoramento da Formação Continuada (SISFOR) informa o nome da IES que oferta o curso; nome do curso; a vigência de cada curso; municípios atendidos pelo curso; encontros presenciais realizados pelo curso; execução financeira de cada curso; indicadores de desempenho dos cursistas em cada curso; e perfil dos cursistas em cada curso (desde 2014 até o presente momento).	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp)	Não	Semestral	Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica.	Sim



NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE/RESPONSÁVEL PELA BASE	DISPONÍVEL EM DADOS.GOV.BR?	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	POLÍTICA PÚBLICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	POSSUI CONTEÚDO SIGILOSO?
28	Escola Acessível – PDDE Interativo	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp)	Não	Anual	Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE Estrutura, constituído da ação Escola Acessível.	Sim
29	Sala de Recursos – PDDE Interativo	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp)	Não	Anual	PDDE Estrutura, constituído da ação Sala de Recursos Multifuncionais e Bilingue de Surdo.	Sim
30	Sisindigena	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp)	Não	Anual	Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica.	Sim



NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE/RESPONSÁVEL PELA BASE	DISPONÍVEL EM DADOS.GOV.BR?	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	POLÍTICA PÚBLICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	POSSUI CONTEÚDO SIGILOSO?
		quantidade de desistentes; quantidade de bolsas pagas; valor total de bolsas pagas; quantidade de cursistas por município.				
31	Escola da Terra	A base de dados informa sobre a formação continuada (aperfeiçoamento e especialização) de professores da educação básica do campo das escolas pertencentes às redes estaduais e municipais. Quantidade de professores cursista; quantidade de professores aprovados e certificados; entes federados que aderiram ao programa; quantidade de cursistas por município e por redes; quantidade de bolsas autorizadas.	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp)	Não	Semestral	Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica. Sim



NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE/RESPONSÁVEL PELA BASE	DISPONÍVEL EM DADOS.GOV.BR?	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	POLÍTICA PÚBLICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	POSSUI CONTEÚDO SIGILOSO?
32	PDDE Campo	<p>A base de dados informa a destinação dos recursos financeiros a escolas públicas municipais, estaduais e distritais da educação básica, localizadas na zona rural (campo, indígenas e quilombolas), a fim de propiciar adequação e benfeitoria na infraestrutura física das unidades escolares beneficiadas. Quantidade de escolas contempladas pelo programa; quantidade de alunos contemplados pelo programa; valor total do programa no exercício (desde 2009 até o presente momento).</p>	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp)	Não	Anual	<p>PDDE Estrutura, constituído das ações Água na Escola e Escola do Campo.</p> <p>Sim</p>



NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE/RESPONSÁVEL PELA BASE	DISPONÍVEL EM DADOS.GOV.BR?	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	POLÍTICA PÚBLICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL.	POSSUI CONTEÚDO SIGILOSO?	
33	Sistema de Gestão dos Programas de Alfabetização – SisAlfa – Módulos 1 a 4	Sistema responsável por intermediar todas as ações de execução dos programas de alfabetização. Ele foi arquitetado para atender ao Programa Tempo de Aprender, oferecendo um ambiente amigável e de fácil navegabilidade, para levar ao usuário um ambiente tecnológico seguro e ágil em todo o processo.	Secretaria de Alfabetização (Sealf)	Não	Anual	Programa Tempo de Aprender.	Sim



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Referências

Maturidade em Dados Abertos: Entenda as 5 Estrelas. Disponível em: <<https://ok.org.br/noticia/maturidade-em-dados-abertos-entenda-as-5-estrelas/>>. Acesso em: 21.09.2022.

Glossário

- **AECI:** Assessoria Especial de Controle Interno;
- **CSV:** *Comma-Separated Values*, ou valores separados por vírgula, é um formato para armazenamento de dados tabulares em texto;
- **CGGD:** Coordenação-Geral de Governança e Dados;
- **Curadoria:** as atividades envolvidas na gestão de dados, desde o planejamento da sua criação – quando os sistemas são projetados –, passando pelas boas práticas na digitação, na seleção dos formatos e na documentação, e na garantia de ele estar disponível e adequado para ser descoberto e reusado no futuro. Os representantes da INDA são os responsáveis diretos pela curadoria;
- **Dado:** menor informação fornecida ou processada por um computador, logo, dados são um conjunto de informações (quantitativas, qualitativas, categóricas ou indefinidas) podendo ser organizadas ou não;
- **Dado público:** qualquer dado gerado ou sob a guarda governamental que não tenha o seu acesso restrito por legislação específica;
- **Dados abertos:** dados estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na rede mundial de computadores e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento;
- **Dado pessoal:** informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável. Seu escopo é amplo e pode se referir tanto a dados que identificam diretamente o indivíduo (ex.: nome, CPF, *e-mail* etc.), como também atributos do indivíduo que, quando correlacionados, permitem a sua identificação (ex.: gênero, idade, altura, formação acadêmica, endereço físico, endereço IP etc.);
- **Dado pessoal sensível:** dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural. Devido à sua natureza mais sensível possui maiores restrições para seu tratamento, de acordo com o estipulado na LGPD;
- **e-MAG:** consiste em um conjunto de recomendações a ser considerado para que o processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação;
- **e-PING:** padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral;
- **e-VoG:** vocabulários e Ontologias do Governo Eletrônico – conjunto de padrões, ferramentas e metodologias para possibilitar o intercâmbio de informações de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

forma a viabilizar o pronto cruzamento de dados de diversas fontes; o uso de metodologias de modelagem conceitual como forma de eliciação do conhecimento tácito das áreas de negócio de governo; o uso de ontologias como ferramenta para explicitar conhecimentos de maneira formal e coerente; o alinhamento conceitual das diversas áreas do conhecimento do governo;

- **Formato aberto:** formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização;
- **Formato compreensível por máquina:** refere-se a informações ou dados que estejam em um formato que pode ser facilmente processado por um computador, sem intervenção humana, assegurando que nenhum significado semântico está perdido;
- **Governança Digital:** utilização, pelo setor público, de tecnologias da informação e comunicação com o objetivo de melhorar a informação e a prestação de serviços, incentivando a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão e tornando o governo mais responsável, transparente e eficaz;
- **INDA:** Infraestrutura Nacional de Dados Abertos;
- **Informação:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento contidos em qualquer meio, suporte ou formato;
- **Interoperabilidade:** é a capacidade de um sistema (informatizado ou não) de se comunicar de forma transparente (ou o mais próximo disso) com outro sistema (semelhante ou não);
- **Licença aberta:** tipo de licença que permite amplo acesso a qualquer pessoa que a utilize e redistribua, estando sujeito à, no máximo, exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença;
- **Metadado:** informação que descreve características de determinado dado, explicando-o em certo contexto de uso;
- **ODT:** significa *Open Document Format for Office Applications* (ODF) – Documento de Formato Aberto para Aplicações Empresariais (DFA - AE), também conhecido como *OpenDocument* (OD) – Documento Aberto (DA), é uma forma de arquivo utilizado para armazenamento e troca de documentos de escritório, como textos, folhas de cálculo, bases de dados, desenhos e apresentações;
- **PDA:** Plano de Dados Abertos – documento que orienta ações de implementação e promoção de abertura de dados, organiza o planejamento e racionalização dos processos de publicação de dados abertos nas organizações públicas;
- **PDF:** a sigla inglesa significa *Portable Document Format* (Formato Portátil de Documento), um formato de arquivo criado pela empresa Adobe Systems para que qualquer documento seja visualizado, independentemente de qual tenha sido o programa que o originou;
- **TIC:** sigla que significa Tecnologias de Informação e Comunicação;
- **URL:** a URL é o endereço eletrônico que permite que o seu *site* ou *blog* seja encontrado na rede. A sigla URL significa: *Uniform Resource Locator*, e pode ser traduzida para o português como: Localizador Uniforme de Recursos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Comunicação

O Ministério da Educação disponibiliza os seguintes canais para tratar de demandas relacionadas ao seu Plano de Dados Abertos:

- Demandas da imprensa devem ser direcionadas para a Assessoria de Comunicação Social (ACS), por meio do e-mail ascom@mec.gov.br.
- Demandas de usuários em geral devem ser direcionadas à Ouvidoria do MEC, por meio do Fala.BR.

Agradecimentos

O MEC agradece pela dedicação de suas secretarias finalísticas no apoio à criação deste Plano de Dados Abertos, em especial aos gabinetes da:

- Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO);
- Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA);
- Secretaria de Alfabetização (Sealf);
- Secretaria de Educação Básica (SEB);
- Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp);
- Secretaria de Educação Superior (Sesu);
- Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres);
- Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica (Setec).